

Desenvolvimento de cidades sustentáveis – desafios urgentes do nosso tempo

Alexandre Cesar Motta de Castro

Universidade Estácio de Sá
Universidade Aberta de Lisboa

Abstract

Especialmente nas grandes cidades os desafios da crescente urbanização estão se tornando cada vez mais diversos e intensos, exigindo da sociedade uma reflexão profunda e urgente sobre as soluções a serem desenvolvidas para o seu enfrentamento. Cidades com problemas básicos de infraestrutura ainda não resolvidos precisam levar em conta como endereçá-los tendo como pano de fundo a busca pela sustentabilidade econômica, social e ambiental. Trata-se de como desenvolver cidades sustentáveis que se moldam para o futuro, resolvendo problemas do passado que já deveriam ter sido superados, e que agora se tornam emergências do tempo presente.

Introdução

Entende-se que as cidades, como “*locos*” essencial onde vive grande parte da população do planeta, encontram-se no centro das discussões sobre como tornar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, colocada em ação a partir de 2016, viáveis e capazes de provocar impactos significativos para a maior parte possível dos seres humanos.

No Brasil, um conjunto de organizações não-governamentais se organizou a partir de 2011 em torno do Programa Cidades Sustentáveis (PCS). Tendo por base os 17 ODS e as 169 metas da Agenda 2030 da ONU, o PCS concebeu um conjunto de 260 indicadores que se relacionam a diferentes dimensões da gestão pública que permitem desdobrar em nível local, para a realidade cotidiana das cidades, as ambições globais dos ODS, criando assim mecanismos para viabilizar a sustentabilidade urbana.

O Programa Cidades Sustentáveis (PCS) está organizado nos 12 eixos temáticos mostrados abaixo, servindo de referência para o planejamento e gestão pública integrados e alinhados aos princípios do desenvolvimento sustentável.

1. Governança.
2. Bens naturais comuns.
3. Equidade, justiça social e cultura de paz.
4. Gestão local para a sustentabilidade.
5. Planejamento e desenho urbano.
6. Cultura para a sustentabilidade.
7. Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida.
8. Economia local, dinâmica, criativa e sustentável.
9. Consumo responsável e opções de estilo de vida.
10. Melhor mobilidade, menos tráfego.
11. Ação local para a saúde.
12. Do local para o global.

Assim, os eixos e indicadores do PCS permitem traduzir os ODS da Agenda 2030 para a realidade das cidades, oferecendo aos gestores públicos subsídios para a formulação de políticas e monitoramento de sua efetiva implementação, permitindo a “*territorialização*” dos objetivos, especialmente daqueles que, reconhecidamente, se mostram por demasiado genéricos e sem metas e indicadores específicos e claramente definidos, fragilidade apontada dos ODS, e que em nível local o PCS contribui para corrigir ao propor formas concretas de mensuração.

Interessante observar que neste caso brasileiro, importantes organizações governamentais deram contribuições decisivas para a adequação dos ODS à realidade brasileira. O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) realizam estudos e publicações que auxiliam, com dados nacionais produzidos regularmente, na formulação dos indicadores apropriados ao contexto do país.

Ainda em 2016, na Conferência das Nações Unidas para Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III) realizada em Quito no Equador, discutiu-se a adoção de uma Nova Agenda Urbana, tendo-se como pano de fundo a busca pelos meios necessários para viabilizar melhor qualidade de vida para as populações em geral, e especialmente, para aquelas em situação de vulnerabilidade social nas cidades e centros urbanos ainda muito marcados pela desigualdade, exclusão e segregação.

Essa Nova Agenda Urbana *“ajudará a dar fim à pobreza e à fome em todas as suas formas e dimensões, a reduzir desigualdades, a promover o crescimento económico contínuo, inclusivo e sustentável, a alcançar a igualdade de género e o empoderamento de todas as mulheres e meninas de maneira a potenciar sua vital contribuição para o desenvolvimento sustentável, a melhorar a saúde e o bem-estar humanos, assim como promover resiliência e proteger o ambiente”*, tendo sido concebida de forma alinhada aos compromissos da Agenda 2030, aos ODS e às resoluções de várias outras conferências realizadas pela ONU.

Segundo essa Nova Agenda Urbana, entre outros desafios, espera-se que as cidades sejam espaços socialmente justos, capazes de propiciar um nível de vida adequado às pessoas, com acesso a moradia, água, saneamento e a bens e serviços públicos básicos e essenciais a uma vida digna, além de servirem como propulsoras do crescimento económico contínuo e inclusivo, com impactos ambientais minimizados pela utilização de padrões de consumo e produção sustentáveis.

Assim, o que se pretende deixar claro, é a relação existente entre a Agenda 2030, os ODS, esta Nova Agenda Urbana e o Programa Cidades Sustentáveis (PCS) em curso no Brasil, como uma forma de contribuir para a implementação integrada das medidas necessárias para o alcance dos objetivos do desenvolvimento sustentável nas cidades brasileiras.

Faz sentido afirmar que há um elemento comum que perpassa a definição dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), desta Nova Agenda Urbana e do Programa Cidades Sustentáveis (PCS) – uma nova ética global e ambiental que reconhece que *“a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável”* (Agenda 2030), tendo como pano de fundo o conceito estabelecido no Relatório Brundtland sobre o tema – *“Desenvolvimento Sustentável é o desenvolvimento correspondente às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações em alcançar as suas próprias”*, e que contempla as três dimensões – económica, social e ambiental – de forma equilibrada e integrada.

Esse elemento comum – a erradicação da pobreza, conjugado com a busca contínua pela melhoria da qualidade de vida das pessoas, pode servir como grande força mobilizadora dos esforços necessários para fazer de nossas cidades ao redor do mundo lugares mais sustentáveis e melhores para se viver. Mas isso requer a definição de políticas públicas apropriadas, somadas à ação do setor privado e das comunidades coletivamente organizadas, devidamente monitoradas por indicadores capazes de medir o avanço realizado e o sucesso de sua implementação.

Sendo assim, os modelos urbanos, as matrizes de energia e as políticas sociais a serem concebidas nos próximos anos para endereçar os principais desafios que temos pela frente nas

cidades brasileiras, devem ser planejados a partir de uma profunda reflexão sobre como os ODS, em conjunto com a Nova Agenda Urbana e o PCS se relacionam e permitem a elaboração de um modelo de gestão que viabilize a implementação e o controle de medidas efetivas para a solução das principais questões do nosso tempo.

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

São 17 os ODS, desdobrados em 169 metas, definidos na Agenda 2030. Algumas dessas metas estão associadas a indicadores de medida apropriados para se monitorar o avanço em direção aos alvos desejados, porém, inúmeros outros apresentam-se de forma genérica, o que dificulta a sua efetiva utilização no processo de mensuração da performance dos agentes responsáveis pela implementação das medidas planejadas no conjunto de políticas públicas e ações a serem empreendidas também pelo setor privado.

- ✓ Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
- ✓ Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
- ✓ Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
- ✓ Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
- ✓ Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
- ✓ Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.
- ✓ Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.
- ✓ Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.
- ✓ Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
- ✓ Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
- ✓ Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
- ✓ Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
- ✓ Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.
- ✓ Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
- ✓ Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

- ✓ Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
- ✓ Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

De qualquer forma, os objetivos e metas estabelecidos refletem grande ousadia, dada sua escala e ambição, cabendo-se ainda uma análise crítica cuidadosa da viabilidade de sua consecução no horizonte de tempo definido, especialmente por que existem diferenças abissais entre o nível de desenvolvimento atual, as possibilidades, restrições e recursos de diferentes países para seguirem em frente no ritmo necessário.

O que parece evidenciar-se é a natureza sistêmica da abordagem requerida para endereçar as principais questões relacionadas ao DS sob as perspectivas econômica, social e ambiental. Os objetivos e metas se inter-relacionam, o que permite a implementação de ações que possam se aproveitar de efeitos sinérgicos que potencializem os resultados esperados. As soluções precisam ser pensadas de forma integrada.

A busca pelo crescimento econômico sustentado deve ser permanente, mas é preciso incluir parcelas enormes da população que se encontram excluídas, seja do próprio processo produtivo organizado das economias modernas, seja dos mecanismos de partilha da prosperidade que ele proporciona.

Ao mesmo tempo, para ser sustentável e capaz de equilibrar os resultados econômicos com os ganhos sociais e ambientais desejados, mais do que nunca se faz necessário que o atual padrão de consumo da sociedade seja modificado, de tal forma a diminuir a pressão exercida pelas organizações empresariais sobre o consumo de recursos e exploração dos ecossistemas.

Nova Agenda Urbana

Na Nova Agenda Urbana não se observa a definição de objetivos claros a serem alcançados. O documento é elaborado essencialmente com base em um conjunto de princípios e compromissos assumidos que podem servir para delinear futuras ações, mas não se extrai dele nenhum objetivo concreto que possa ser medido ao longo do tempo para se ter uma avaliação de resultados alcançados.

A Nova Agenda Urbana propõe uma mudança no paradigma urbano, estimulando a concepção de modelos urbanos sustentáveis, inclusivos e com foco prioritário nas pessoas, não só como beneficiárias da melhoria da qualidade de vida que se pode proporcionar pela adoção de políticas apropriadas, mas também como agentes participativos no processo de formulação de tais políticas a partir do emprego de novas formas de governança.

Nesta perspectiva, as cidades são vistas como espaços urbanos “para todos”, que promovem a participação e o engajamento da sociedade civil em torno de suas questões cotidianas e que são socialmente inclusivos, dotados de moradias adequadas e acesso a serviços

e bens públicos adequados, aptos a promover o crescimento econômico e o acesso igual às oportunidades, de fácil mobilidade e igualmente protetores de seus ecossistemas.

Naturalmente, o desenvolvimento de “*Cidades Sustentáveis*” possui uma natureza multifacetada, não sendo objeto deste trabalho abordar todos os desafios a serem enfrentados com este propósito, o que ainda se agrava pela necessidade de se considerar as características próprias de cada cidade em países e regiões que enfrentam realidades tão distintas.

Há que se enfrentar em alguns países pobres problemas básicos de acesso à infraestrutura física e social (urbanização, moradia, energia, água, saneamento, coleta de resíduos, mobilidade, serviços de saúde e educação, entre outros) já superados ou bem endereçados em países mais desenvolvidos.

Outras questões variadas que envolvem a segurança pública, acessibilidade, valorização de manifestações culturais, estímulo à inovação, ao empreendedorismo e ao emprego produtivo e de qualidade, disponibilização de espaços verdes, preservação do patrimônio histórico e da biodiversidade, utilização eficiente de recursos, diminuição da poluição, entre outros, tornam o desafio de desenvolver modelos urbanos mais sustentáveis um esforço complexo e de longo prazo, o que aumenta a responsabilidade dos gestores públicos e da sociedade civil organizada no uso dos recursos a serem empregados com este fim, o que exige modelos de planejamento e gestão baseados em boas práticas que garantam adequado monitoramento e controle dos resultados.

Programa Cidades Sustentáveis (PCS)

O Programa Cidades Sustentáveis (PCS) em curso no Brasil toma os ODS como referência para desenvolver um modelo de metas e indicadores a partir de 12 eixos estratégicos para guiar o planejamento e a gestão pública municipal para adoção de uma agenda local sustentável alinhada à Agenda 2030.

Assim, para cada ODS é possível estabelecer uma conexão com os compromissos da Nova Agenda Urbana e com as metas do PCS, a partir dos quais se deve conceber as ações, iniciativas e projetos a serem levados a cabo para se enfrentar os diferentes desafios existentes para o desenvolvimento efetivo de “*Cidades Sustentáveis*”.

Em seu capítulo 34, a Agenda 2030 “*reconhece que o desenvolvimento urbano e a gestão sustentáveis são fundamentais para a qualidade de vida do nosso povo*”, e que é preciso trabalhar localmente para planejar as cidades de forma a proporcionar às comunidades melhor qualidade de vida.

A Agenda 2030 pressupõe que o acompanhamento e a avaliação do progresso é uma responsabilidade de cada governo, seja nacional ou local. A gestão pública das cidades pode desenvolver os seus meios de monitorar o avanço no cumprimento das metas estabelecidas em seus planos estratégicos de governo.

O Programa Cidades Sustentáveis (PCS) propõe exatamente a construção de um mecanismo de planejamento e gestão que dê suporte aos formuladores de políticas públicas e gestores municipais das mais diversas cidades brasileiras para modernizar e guiar a gestão com base em indicadores e dados confiáveis que contribuem para proporcionar uma melhor definição de prioridades, racionalização na alocação de recursos e orientação dos processos de tomada de decisão.

No Guia de Gestão Pública Sustentável publicado pelo Programa Cidades Sustentáveis (PCS), há o reconhecimento de que *“uma das mais difíceis questões que desafiam o Brasil e tantos outros países é como equilibrar o desenvolvimento econômico com a sustentabilidade ambiental e a justiça social, por meio de uma governança transparente e democrática”*.

Assim como na Agenda 2030, existe uma convicção de que a resposta para esta questão, além de complexa, só pode ser desenvolvida de forma sistêmica e sob um olhar não fragmentado. E, alinhado à Nova Agenda Urbana, o PCS baseia-se na necessidade de implementar um novo paradigma de desenvolvimento, o que passa necessariamente pela concepção de um novo modelo de desenvolvimento urbano.

O Guia da Gestão Pública Sustentável (GPS) disponibiliza então aos gestores municipais brasileiros um *“conjunto de conceitos, ferramentas, metas, indicadores e práticas exemplares de políticas públicas em diversas cidades do mundo para que a gestão pública municipal possa se aperfeiçoar e avançar em planejamentos inovadores e sintonizados com os ODS”*.

Modelo de gestão baseado em indicadores

Para exemplificar como se estabelece a conexão entre os 17 ODS e suas 169 metas e os 12 eixos temáticos do Programa Cidades Sustentáveis (PCS), são destacados do Guia da Gestão Pública Sustentável (GPS) alguns objetivos, metas, indicadores e ações que parecem mais intimamente relacionados a questões relevantes do cotidiano das grandes cidades brasileiras.

Vale ressaltar, que cabem aqui algumas ressalvas em relação a como o PCS define e diferencia o que são conceitualmente os objetivos e as ações correspondentes para buscar o seu alcance. Não são aspectos que comprometem a concordância com o conteúdo essencial do GPS, mas que demandam alguns ajustes conceituais e sua aplicação prática.

Neste sentido, os tópicos a seguir refletem a associação dos conteúdos propostos pelo Programa Cidades Sustentáveis (PCS) por meio do Guia da Gestão Pública Sustentável (GPS), com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), complementados por um exercício adicional de adaptação das metas que originalmente não estavam suficientemente quantificadas para servirem de balizador para avaliação dos resultados, além de uma reflexão sobre ações a serem concebidas para se alcançar os objetivos propostos.

1. Energias renováveis e acessíveis

ODS 7 – Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.

Meta 7.2 – Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global.

Meta 7.3 – Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética.

Eixo PCS – Do local para o global.

Objetivo – Incentivar o consumo sustentável de energia para que as cidades reduzam seu impacto global na sociedade e no meio ambiente, em especial com relação a emissões de gases poluentes decorrentes da utilização de fontes energéticas de base fóssil.

Meta – Até 2030 aumentar em 15% a participação das fontes eólica e solar na matriz energética brasileira.

Indicadores – (a) Participação de fontes renováveis na matriz energética do município; (b) Total de emissões de CO2 equivalente per capita.

Ações – (a) Investir no aumento da participação de energias renováveis na matriz energética dos municípios; (b) Garantir o acesso universal ao serviço de energia; (c) Ampliar as linhas de crédito oficiais para financiar a expansão da oferta de energia limpa.

2. Indústria, inovação e infraestruturas

ODS 9 – Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

Meta 9.3 – Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados.

Meta 9.c – Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020.

Eixo PCS – Economia local dinâmica, criativa e sustentável.

Objetivo – Apoiar e criar as condições para uma economia local dinâmica e criativa, que garanta o desenvolvimento e a geração de empregos sem prejudicar o ambiente.

Meta – Viabilizar até 2030 o acesso de 80% dos municípios brasileiros à internet de banda larga.

Indicadores – (a) Percentual de domicílios com acesso à internet banda larga; (b) Percentual de espaços públicos com wifi de acesso livre e gratuito; (c) Acesso ao crédito para pequenos empresários.

Ações – (a) Expandir os programas públicos de implantação de internet de banda larga nos municípios; (b) Desenvolver linhas de crédito subsidiadas para estimular investimentos de novos empreendedores em negócios sustentáveis; (c) Estimular a pesquisa nas universidades brasileiras, especialmente as públicas, para o desenvolvimento de tecnologias inovadoras de informação e comunicação.

3. Redução de desigualdades

ODS 10 – Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

Meta 10.1 – Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional.

Meta 10.2 – Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

Eixo PCS – Equidade, justiça social e cultura de paz.

Objetivo – Promover comunidades inclusivas e solidárias e a diminuição das diferenças sociais.

Meta – Até 2030 elevar o IDH das grandes cidades brasileiras em 10%.

Indicadores – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Ações – (a) Implementar programas que assegurem acesso equitativo aos serviços públicos, à educação, à saúde, às oportunidades de emprego, à formação profissional, às atividades culturais e esportivas, à informação e à inclusão digital com acesso à internet; (b) Ampliar programas que garantam a segurança das comunidades e promovam a cultura de paz; (c) Ampliar programas de acesso à habitação em condições socioambientais de boa qualidade.

4. Produção e consumo sustentáveis

ODS 12 – Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

Meta 12.3 – Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita.

Meta 12.5 – Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.

PCS – Consumo responsável e opções de estilo de vida.

Objetivo - Adotar e proporcionar o uso responsável e eficiente dos recursos e incentivar um padrão de produção e consumo sustentáveis.

Meta – Reduzir até 2030 para no máximo 15% o nível de desperdício da produção agrícola total.

Indicadores – (a) Nível de acesso a serviços de coleta de lixo doméstico; (b) Nível de cobertura de coleta seletiva do lixo; (c) Nível de produção e consumo de orgânicos; (d) Quantidade de resíduos per capita; (e) Volume de resíduos depositados em aterros sanitários; (f) Volume de resíduos orgânicos destinados à compostagem.

Ações – (a) Estimular o uso de produtos com maior durabilidade, no lugar dos descartáveis ou que apresentem obsolescência acelerada; (b) Privilegiar a produção e o desenvolvimento locais, e não a produção global; (c) Usar de forma compartilhada os produtos, em substituição à posse e ao uso individual; (d) Investir na redução da geração de resíduos e no aumento da reutilização e da reciclagem, com a inclusão social das cooperativas de catadores e recicladores; (e) Gerir e tratar os resíduos de acordo com técnicas e modelos sustentáveis.

5. Ação climática

ODS 15 – Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Meta 15.1 – Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais.

Meta 15.2 – Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente.

PCS – Bens naturais comuns.

Objetivo – Proteger, preservar e assegurar o acesso equilibrado aos bens naturais comuns.

Meta – Manter em no mínimo 12 m² por habitante a cobertura de área verde das cidades (segundo recomendações da Organização Mundial de Saúde).

Indicadores – (a) Percentual da área desmatada acumulada sobre a área total do município; (b) Percentual da área restaurada de florestas degradadas sobre a área total do município; (c) Percentual de cobertura vegetal nativa remanescente sobre o total de cobertura vegetal; (d) Volume de gastos públicos destinados à regeneração de recursos naturais, ecossistemas e biodiversidade; (e) Percentual do território destinado a reservas e áreas protegidas com finalidades de conservação.

Ações – (a) Promover iniciativas de reflorestamento das florestas urbanas com ampla participação da comunidade; (b) Destinar orçamento público suficiente e estimular parcerias com o setor privado para garantir o funcionamento pleno das Unidades de Conservação; (c) Implantar sistemas de tratamento de esgoto; (d) Otimizar os sistemas de distribuição de água tratada para reduzir os desperdícios.

Cabe ressaltar a importância de que as ações concretas a serem adotadas estejam relacionadas à Agenda 2030 e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo esses um guia de orientação capaz de dar sentido a um conjunto amplo de medidas que precisam ser pensadas de modo integrado para que sejam potencializados os seus efeitos sinérgicos, especialmente sobre a sustentabilidade urbana.

Em seu capítulo 34, a Agenda 2030 *“reconhece que o desenvolvimento urbano e a gestão sustentáveis são fundamentais para a qualidade de vida do nosso povo”*, e que as autoridades e comunidades locais devem *“planejar as cidades com o propósito de fomentar a coesão das comunidades e a segurança pessoal e estimular a inovação e o emprego”*, proporcionando assim às populações melhor qualidade de vida.

Apesar da necessidade de se considerar os ODS de forma integrada, entendendo que as ações que venham a ser implementadas podem contribuir para que metas relacionadas aos vários objetivos sejam conjuntamente alcançadas, destaca-se aqui o objetivo 11 da Agenda 2030 – *“Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”*, e as suas metas estabelecidas que mais evidenciam a importância do planejamento urbano para a sustentabilidade em suas dimensões econômica, social e ambiental.

Conclusão

“Nós podemos ser a primeira geração a ter sucesso em acabar com a pobreza; assim como também pode ser a última a ter uma chance de salvar o planeta. O mundo será um lugar melhor em 2030 se alcançarmos os nossos objetivos” (Agenda 2030).

A adoção de uma ética ambiental e global representa uma importante premissa para proporcionar o efetivo desenvolvimento de “*Cidades Sustentáveis*”. Gestores públicos, setor privado e sociedade civil organizada precisam atuar em parceria para viabilizar a implementação das ações necessárias que venham a garantir a sustentabilidade das cidades sob uma perspectiva integrada de atendimento das demandas econômicas, sociais e ambientais.

E esse esforço, além de sensibilização da sociedade, educação das pessoas e ampla disseminação da informação sobre os desafios do Desenvolvimento Sustentável, exige, entre outras várias iniciativas, a utilização das ferramentas de gestão apropriadas para permitir o monitoramento do avanço das cidades no sentido de alcançarem os ODS e internalizarem em seu cotidiano as melhores práticas de gestão que conduzem à melhoria da qualidade de vida das pessoas e à sustentabilidade das comunidades.

Ao longo das últimas décadas, especialmente nos chamados países em desenvolvimento, o mundo tem experimentado um processo de rápida urbanização, com deslocamento de contingentes significativos de populações de áreas rurais para regiões mais centrais, providas, a princípio, de melhores condições de infraestrutura, de oferta de empregos e variedade de serviços de um modo geral.

No entanto, inúmeros exemplos evidenciam que a ausência de planejamento urbano adequado torna esse processo desorganizado e frequentemente insustentável do ponto de vista econômico, social e ambiental, fazendo das cidades aglomerações caóticas que não conseguem oferecer a seus habitantes boa qualidade de vida.

A busca pela sustentabilidade urbana exige um olhar multidisciplinar para as várias dimensões do fenômeno da urbanização, pressionando assim para que as práticas e instrumentos de planejamento urbano sejam compatíveis com modelos de governança que articulem os múltiplos stakeholders envolvidos, sejam eles institucionais ou representantes da sociedade civil.

Mais do que nunca, são desafios a serem enfrentados pelos gestores públicos e pela sociedade civil em geral, a fim de que o desenvolvimento sustentável das cidades, endereçando soluções para os problemas da urbanização crescente, seja capaz de produzir uma efetiva melhoria da qualidade de vida de seus habitantes.

Referências bibliográficas

ONU (Organização das Nações Unidas). Relatório Bruntland. 1987.

Organização das Nações Unidas (ONU). Nova Agenda Urbana. 2016.

Organização das Nações Unidas (ONU). Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2016.

Programa Cidades Sustentáveis. Guia de referências para produção de indicadores e para metas de sustentabilidade urbana. São Paulo, 2019.

Programa Cidades Sustentáveis. Guia GPS – Gestão Pública Sustentável (GPS). São Paulo, 2016.

Programa Cidades Sustentáveis. Guia GPS – Gestão Pública Sustentável (GPS) – Anexo – Indicadores do Programa Cidades Sustentáveis e Orientações para o Plano de Metas. São Paulo, 2017.